

DISCURSO E VERDADE; FATO E (IR)REPARAÇÃO

Mara Conceição Vieira de Oliveira
Doutora em Letras pela UFF
Professora no Curso de Direito da FESJF

Resumo: Na confluência entre fato e ficção, Direito e Literatura, este estudo objetiva pensar a *verdade* a partir de uma perspectiva linguística. Há uma verdade, várias, ou a verdade escapa, quando o discurso passa a representá-la? Apontando hipótese a verdade como construção linguística, o resultado desta pesquisa entende que no âmbito jurídico isso pode causar um *dano irreparável*. A reflexão teórico-analítica, metodologicamente, descreve abordagens filosóficas, interpretativas e subjetivas na fundamentação de conclusão que perceberá a relevância da leitura literária ao esclarecimento acerca da verdade, de modo que serão lidos alguns episódios do Romance *Reparação* de Ian McWan.

Palavras-chave: verdade; direito; literatura.

DISCURSO Y LA VERDAD; HECHO Y (IR) REPARACIÓN

Resumen: En la confluencia entre hecho y ficción, Derecho y Literatura, esta investigación objetiva pensar la verdad a partir de una perspectiva lingüística. ¿Hay una verdad, varias, o la verdad se escapa, cuando el discurso pasa a representarla? Al apuntar hipótesis la verdad como construcción lingüística, el resultado de esta investigación comprende que en el ámbito jurídico eso puede causar un daño irreparable. La reflexión teórico analítica, desde una mirada metodológica, describe abordajes filosóficos, interpretativos y subjetivos en el fundamento de conclusión que percibirá la relevancia de la lectura literaria al aclarar la verdad, de manera que serán leídos algunos episodios de la Novela *Reparación* de Ian McWan.

Palabras- clave: verdade; derecho; literatura

*Não há fatos apenas interpretação.
Nietzsche*

Introdução

A palavra *verdade* está presente nos mais distintos discursos, tendo atravessado diversas culturas e épocas que a perceberam de modos distintos. Não há área do saber que não se interesse ou se inquiete pela *verdade*. Na confluência entre fato e ficção, Direito e Literatura, este estudo objetiva pensar a *verdade* a partir de uma perspectiva linguística. Há uma verdade, várias, ou a verdade escapa, quando o discurso passa a representá-la? Interpretativamente, quais os sentidos e/ou significações podem ser construídos a partir de um mesmo fato? De que modo a subjetividade na percepção do fato influencia a narrativa sobre

ele. Por que os homens manifestam tanto uma “vontade de verdade”? Como essa “vontade de verdade” pode se realizar nas narrativas que organizam as verdades humanas? Por que os fatos se transformam em ilusórias narrativas?

Estas são algumas questões levantadas para se pensar neste texto, o qual, ao apontar hipótese a verdade como construção linguística, entende no resultado das análises que no âmbito jurídico isso pode causar um *dano irreparável*. Essa verdade que anuncia a vontade de organizar as narrativas humanas a favor de determinado grupo tem acolhida no discurso, por isso é por vezes convertida numa invenção, que necessariamente não precisa corresponder à realidade dos fatos e/ou das coisas, mas à demanda de determinado auditório ou à *vontade* dele.

A fim de apontar a verdade como uma construção discursiva ou mesmo uma ilusão, serão trazidos para análise alguns episódios do Romance *Reparação* de Ian McWan, dando destaque para o depoimento de Briony. Buscar-se-á nesta análise aplicada, perceber de que modo este depoimento era “verdadeiro” para Briony, mesmo não correspondendo ao fato real e criando situações “irreparáveis”.

O objetivo e a hipótese ora apresentados se justificam ainda em decorrência de inquietações, trazidas pelas aulas de *Teoria e prática da narrativa e da argumentação jurídica* ministradas no Curso de Direito; inquietações estas que encontram confluência nas representações artísticas literárias. No âmbito teórico-analítico buscar-se-á metodologicamente descrever algumas noções filosóficas com Nietzsche e Jeanne Marie Gagnebin, bem como noções sobre interpretação com Umberto Eco e sobre subjetividade com Julia Kristeva. Tais autores demarcaram, pois, o suporte teórico deste estudo.

Considerações sobre a obra *Reparação* de Ian McWan.

O romance inglês, na primeira parte, apresenta cenário o verão de 1935. Inicialmente, merece destaque a cena em que a adolescente, Briony Tallis, olha sua irmã mais velha, Cecília, mergulhar na fonte do quintal da casa de campo em busca de um caco de vaso quebrado. Ao sair da fonte, apenas com suas transparentes roupas íntimas, Cecília se depara com o jovem Robbie, filho da governanta que tivera os estudos financiados pelo pai de Cecília. A partir deste episódio e de uma sequência de equívocos, Briony, que também nutre uma paixão infantil por Robbie cria suas interpretações e “ilusões” acerca deste fato.

A família Tallis aguarda a chegada de Leon, filho mais velho, quem estará acompanhado de um amigo, Paul Marshall. Um jantar de recepção é preparado, durante o qual

ocorrem três situações relevantes para analisarmos, aqui, a relação entre fato e *verdade*: i) Briony testemunha mais um momento de intimidade entre sua irmã Cecília e Robbie; ela os encontra na biblioteca e percebe a cena de sexo como um ataque, uma luta corporal. Aos seus olhos “a cena era uma concretização cabal de seus piores temores que ela teve a impressão de que sua imaginação excitada teria projetado aquelas figuras nas lombadas dos livros nas estantes. Essa ilusão, ou esperança de ilusão dissipou-se assim que sua vista se adaptou à penumbra.” (McEWAN, 2011, p.96). ii) Nesta mesma noite, a prima de Briony, Lola, é misteriosamente estuprada. iii) Diante destes dois episódios, Briony, ao ser interrogada pela polícia, acusa Robbie, que é preso. Cecilia, inconformada pelo confinamento do seu amor e sem nunca deixar de acreditar nele, sai de casa para se tornar enfermeira em Londres.

A segunda parte do romance narra o período em que Robbie esteve preso e mais tarde no Exército, exposto aos sofrimentos da retirada de Dunquerque.

Na terceira e última parte, Briony se torna uma enfermeira de guerra em Londres e começa a enfrentar a culpa que sente pelo que fez a Robbie e Cecília.

No epílogo, McEwan descreve Briony como uma romancista já idosa e doente. Neste momento Briony avalia seu passado real e fictício, com distanciamento e maturidade. Isso trará dúvidas sobre a veracidade de suas histórias e Briony se lamenta de não poder reparar o dano causado ao jovem casal apaixonado, bem como a toda sua família, pois “Robbie morreu de septicemia em junho de 1940 e Cecilia foi morta em setembro do mesmo ano pela bomba que destruiu a estação de metrô de Balham.” (Ibid, p.268); todavia, não é esse o desfecho de sua história, para qual narra o reencontro do casal. Segundo Briony, este é o direito do romancista, a decisão. Na vida real, ela não pode reparar o dano, mas na ficção: “Dei-lhes a felicidade, mas não fui egoísta a ponto de fazê-los me perdoar.” (Ibid, p.269).

Reparação, embora seja um romance para inúmeras análises temáticas e estéticas, direciona frequentemente o leitor para a questão acerca do perigo das proposições e/ou suposições, uma vez que elas podem ser construídas a partir de percepções muito singulares ou até mesmo ilusórias. Esta será a discussão pretendida por este estudo: apontar o perigo presente nas narrativas que se distanciam dos fatos ocorridos.

Essa construção ilusória, própria de uma percepção particular, cria proposições que podem ser interpretadas como “verdadeiras”. A narrativa dos fatos será modificada não apenas pelo relato, mas pela leitura que o outro terá deste relato; as variações ocorrem tanto na produção quanto na recepção das narrativas. Sustentada por uma “vontade de verdade” as narrativas humanas se realizam sob diferentes prismas, ainda que a partir de um mesmo fato.

Verdade: discurso, interpretação e subjetividade

Pensar a verdade a partir de uma perspectiva linguística requer um procedimento que investigue a inteligência textual, considerando os modos de compreensão e de interpretação de um texto, para o qual a ocorrência de deslocamento da significação é inerente.

A interpretação consiste em buscar outros modos de explicar o que não está explícito no texto, ou seja, buscar sentidos diferenciados a partir das mensagens subliminares; essas informações implícitas poderão ser focalizadas a partir de palavras escritas, os chamados pressupostos. Elas podem apontar abordagens discursivas: lexicológicas, enunciativas, situacionais dentro do texto e sinalizar outras maneiras de significação. De acordo com Eco (2012, p.35) “... a verdade passa a identificar-se com o que não é dito ou com o que é dito de forma obscura e deve ser compreendido além ou sob a superfície de um texto.”

A interpretação de um texto, quando percorre uma abordagem hermética, entende-o como um universo aberto a partir do qual o leitor pode construir infinitas interconexões. Essas interconexões dependerão claro do repertório de leitura do intérprete. Isso decorre do fato de a linguagem não abarcar um sentido único, ela revela as aporias do pensamento, as oposições, a incapacidade de adequar a linguagem aos sentimentos, aos desejosos, às ilusões. Por isso, a necessidade de construções textuais que revelem pelo menos uma ilusão de significado.

Ainda na esteira de Umberto Eco a questão da interpretação, que aqui aproximo da reflexão sobre a verdade é determinada pela própria contraditoriedade do princípio. Para tanto Eco se reporta ao racionalismo da tradição grega, quando a “...gnose significava verdadeiro conhecimento da existência; mais tarde, entre os cristãos o termo passou a significar conhecimento metarracional, indutivo, o dom, divinamente concebido de um intermédio celeste, que tem o poder de salvar quem o atinja.” (Ibid, p.41) Assim, Eco sugere que a revelação gnóstica já contem o “germe do mal”, ou seja, uma androginia contraditória desde o princípio. Esse princípio contraditório estaria, pois, intrínseco ao homem e ao seu próprio modo de entendimento do mundo, das coisas, das pessoas, dividindo opiniões, ideias e conceitos, de modo que vários discursos passariam a apontar diferentes abordagens sem que uma única verdade prevalecesse sobre outra(s).

Entender a verdade como discurso, isto é, interpretação, evoca, pois, noções de Júlia Kristeva acerca da subjetividade. A partir dos anos 70, aproximadamente, a análise textual recebeu influência da teoria de Julia Kristeva sobre o processo de significância. Em *La révolution du langage poétique*, Kristeva diz que o olhar ocidental é sistemático e estruturado.

Não olhamos para a Babilônia, por exemplo, de maneira contemplativa, observando a singularidade de cada inscrição gravada nos tijolos, mas buscamos a totalidade histórica. Realizamos nossas análises de modo que não conseguimos retirá-las de uma imbricação sócio-histórica. Para que seja possível um engendramento na significância é preciso nos extrair de nossas experiências interpessoais e intersociais, visto que elas são controladas por uma sociedade dominante, a mesma que fez da linguagem uma estratificação em ilhotas fechadas e incomunicáveis, marcada pela objetividade e pelo imediatismo, bem como pelo discurso positivista, que reduziu as práticas significantes à sistematização pouco reflexiva do formalismo.

Contrária a isto, Kristeva considera como pressupostos, para o estudo da significância manifestada na linguagem, a intertextualidade, a polifonia das vozes, a semiótica, a subjetividade e o sujeito do desejo numa perspectiva lacaniana. Segundo ela, linguística, semiótica, antropologia e psicanálise revelam o sujeito no pensamento, reconhecendo seu ser na linguagem e no próprio modo de pensar. Em contraponto ao que pensa sobre o processo de significância¹, Kristeva (1970) apresenta o modo de produção capitalista como uma forma de fechamento, que impediria a possibilidade tanto de uma *escrita*, como de uma *leitura* plural, tal como se pode realizar na literatura, uma vez que escrita e leitura são produções suscetíveis de serem atravessadas pelos sentidos² do sujeito que escreve ou lê.

A teoria da significância de Julia Kristeva, pautada na polifonia das vozes, na intertextualidade e principalmente na subjetividade, orientará uma forma de análise na qual os enunciados tanto para o escritor quanto para o leitor terão um caráter irrestringível. Kristeva, com a noção de intertextualidade, procurou vias de superação do fechamento estruturalista e

¹ - Théorie de la signification à partir du sujet, de sa formation et de sa dialectique corporelle, langagière et sociale. (KRISTEVA, 1970, p.12).

² - As palavras *sentido* e *sensível* nesse estudo são pensadas com a seguinte conotação: Barthes em *Elementos de Semiologia* (1964) entende que cada signo possui uma significação e um valor em relação aos seus vizinhos, o que alteraria a “produção do sentido”, ou seja, da significância. Assim, ele pensou a língua; não apenas como sistema, mas também como produção de sentidos da palavra em sua relação com o real (concreto) ou mesmo na sua relação com a ausência do real (abstrato). Essa relação com os diferentes “vizinhos” fará com que a produção do sentido seja afetada por diferentes modos de percepção. Logo, o termo sensível estará sendo usado não em contraponto ao inteligível, de acordo com a filosofia de Platão, mas em conformidade com ele, pois a produção dos sentidos tanto pode ser marcada pelo afeto/sensibilidade como pela ideia-pensamento. Essa forma de leitura por não contrapor o inteligível ao sensível talvez possa inaugurar outra possibilidade de percepção que, avançando além desses dois conceitos filosóficos, realizaria pela linguagem um acontecimento outro. A produção dos sentidos buscada pela linguagem mesmo atravessada pelo sensível não deixaria de estar comprometida com a produção de ideia/pensamento, ou seja, com o mundo inteligível. Como veremos mais adiante o próprio Platão definirá um terceiro gênero também como saída para esse binarismo.

apontou uma direção nova para a análise textual – a dinâmica da subjetividade, passando a considerar o sujeito não de forma clássica como sujeito do saber, mas como sujeito do desejo.

Para explicar sua análise Kristeva considera que tanto a semiótica como a simbólica (tendências das pesquisas linguísticas) são modalidades inseparáveis para o processo de significância, que constituem a linguagem, pois o sujeito é sempre semiótico e simbólico; é na dialética entre elas que se definem os discursos, narrativos, teóricos, poéticos, religiosos, jurídicos ou outros.

A *simbólica* consiste na denotação da troca codificada pelo seu sentido simples, ou seja, ela pensará a relação entre linguagem (palavra) e sentido, porém esse sentido será dado pelo sujeito da enunciação, sujeito fenomenológico, marcado pela sua história e cultura. A *semiótica*, preocupada em especificar o modo de funcionamento das práticas significantes, irredutíveis à linguagem, representará uma crítica à noção de signo, capaz de desobjetivar seu objeto e de pensá-lo a partir de uma fragmentação que oferece à sua conceitualização um desvio, ou seja, um novo modo de se (in) defini-lo e/ou percebê-lo. Isso permitirá que a leitura se afaste cada vez mais de um discurso didático e demonstrativo puramente.

O signo linguístico participará de uma linguagem sem um lastro fixo, a qual não se limita à significação convencional ou arbitrária; ele não cessa de ressignificar-se e poderá ser motivado por diferentes instâncias. Ao ser motivado, o signo linguístico experimenta um fenômeno de significância particular; e, embora faça parte do domínio de articulação linguística, o seu sentido pode ser diferentemente recortado, obtendo um valor menos classificatório e mais fenomenológico.

O signo representado pelo seu respectivo significado e significante normativos servirá como motivo de inquietação diante da tentativa de se impor uma leitura única, impelindo a possibilidade de remodelá-lo, seja por contestação, por insatisfação ou, simplesmente, por percebê-lo como realmente transformado noutra verdade ou noutra ilusão. Logo, o signo, que por natureza histórica e social é arbitrário, torna-se passível de alterações. Sua inscrição visual e acústica, a princípio inalterada, é desviada no discurso, quando um outro sentido é sugerido pela percepção daquele que o interpreta.

A noção de significância na linguagem, descrita por Kristeva, será tomada aqui a fim de ler esta possibilidade interpretativa dos textos que apontam hipóteses para o entendimento da verdade como um discurso ou até mesmo uma ilusão, e talvez por isso para Eco ela resida no vazio.

... para transformar o texto de uma ilusão de significado na percepção de que significado é infinito, o leitor deve suspeitar de que cada linha

esconde outro significado secreto; as palavras, em vez de dizer, ocultam o não-dito; a glória do leitor é descobrir que os textos podem dizer tudo (...) O leitor real é aquele que compreende que o segredo de um texto é o seu vazio. (ECO, 2012, p.46).

Mesmo considerando a subjetividade e/ou este vazio, o sujeito terá no seu entorno uma rede de relações simbólicas (históricas e culturais), que determinam instavelmente as significâncias criadas, em função das influências oriundas do mundo exterior, podendo responder ou não aos seus desejos procedentes de pulsões. Assim o processo de significância se dará *em direção a, através e dentro* da linguagem, na qual pode se constituir o sujeito, sua verdade ou sua ilusão de verdade.

Para Kristeva a linguagem é convertida em expressão de subjetividade e é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito do desejo, embora a língua seja um sistema subordinado a um plano específico que se articula por um conjunto de formalizações, aplicando-se ao mundo real e histórico.

Interessada em pensar a verdade enquanto manutenção de um discurso, o qual pode até mesmo ser ilusório, na medida em que os signos também podem ser ressignificados, evocarei a seguir duas ideias discutidas por Platão em *Timeu: receptáculo e chora*.

Para Platão a linguagem é expressão da probabilidade e ao mesmo tempo da necessidade que temos de nos explicar. Essa necessidade, por não se realizar plenamente, passa a se exprimir na linguagem como probabilidade.

Considerando a linguagem uma probabilidade e opondo o mundo sensível (*doxa* / instável) ao mundo inteligível (*episteme* / estável e permanente) em sua explanação cosmológica, Platão acaba por inscrever o texto no domínio daquilo que é instável e sujeito a mudanças; porém, acredita que as coisas sensíveis tenham sido criadas de acordo com um modelo – o paradigma eterno - e assim elas teriam nas formas inteligíveis a possibilidade de sua existência. Ou seja, se as coisas sensíveis são cópias das inteligíveis, a linguagem seria uma forma copiada dos modelos apriorísticos. Isso delineia uma controvérsia no próprio pensamento platônico, que também a considera uma expressão da necessidade de o homem justificar sua existência. Isso significa dizer que ao tentarmos explicar nossa existência não poderíamos estar presos a modelos apriorísticos.

Platão passa a conceber um terceiro gênero posterior ao primeiro (inteligível - sempre o mesmo modelo) e ao segundo (sensível – cópia deste modelo): *o receptáculo*. O receptáculo é o espaço da manifestação da necessidade, visto ser ele a matriz de tudo o que devém e que se transforma permanentemente, tal como o fogo, a água, a terra e o ar. Por ser amorfo, o

receptáculo pode receber todas as formas, além de ser designado como *nutridor*, *maternal* e recipiendário de *chora*.

O processo de significância descrito por Kristeva fará menção à *chora semiótica*, a qual passarei a examinar, a fim de reconhecê-la como mais um suporte para a multiplicidade de sentidos do signo linguístico.

Segundo Kristeva, *chora* é constituída de movimentos e *stases* efêmeros e de uma articulação incerta e indeterminada. Esta constituição essencialmente móvel se caracteriza como uma representação que se presta à compreensão da intuição fenomenológica, traço indispensável para sua análise no processo de significância da linguagem que tem a subjetividade como orientação precípua. Para Kristeva é a pulsão que articula o que chamamos *chora*³.

Nestes termos, o discurso convencional e utilitário depõe contra ela, pois buscamos sempre maneiras de sistematizar e nomear as coisas dada a “vontade de verdade”; *chora*, porém, não é jamais definitivamente colocada, de modo que alguém pode até situá-la, mas nunca axiomatizá-la⁴, pois ela não tem uma posição. Sem ser um signo, não é ainda um significante, e por isso se engendra em uma posição significativa de motilidade. Não é nem modelo nem cópia e só tolera analogias com o que é ritmo e movimento.

Trata-se de uma instância em que o signo linguístico não é ainda ausente do objeto, eles são indissociáveis, diferente da linguagem sócio histórica em que o simbólico mediatizará os significados e o nome poderá ser dado sem a presentificação da coisa por ele descrita.

Por um lado explanei o ordenamento de *chora*: um funcionamento pré-verbal, anterior ou transcendente à linguagem; a motilidade; a operação em *stases* da pulsão. Por outro, reconheci nas categorias linguísticas do simbólico e do semântico fortes imbricações sócio históricas.

Embora o terceiro gênero platônico opere a motilidade, uma narrativa, ao se converter em linguagem, carrega uma determinada marca histórico-cultural. Do processo de significância da linguagem provém a marca simbólica bem como a intuição fenomenológica do sujeito da enunciação, motivado por suas pulsões criadoras da escrita e/ou da leitura, as quais carregam, pois, os traços de *chora*. Essa discussão filosófica revela o que busco no entendimento de que a verdade pode ser uma construção simbólica e não exatamente um

³ - Chora: “une totalité non expressive constituée par ces pulsions et leurs stases en une motilité aussi mouvementée que réglémentée.” (KRISTEVA, 1970, p.23)

⁴ - “pourra la situer, à la rigueur même lui prêter une topologie, mais jamais l’axiomatiser.” (KRISTEVA, 1970, p.23)

acontecimento real/factual. *Chora* seria, portanto, o não-reapropriável, a palavra para a qual não há interpretação consistente.

A *vontade de verdade* resgata o fato ou constrói uma ilusão?

Após ter pensado a verdade como discurso no que diz respeito às múltiplas significâncias produzidas pelos índices linguísticos, incita saber se essas interpretações criam ilusão de verdade, se elas seriam conduzidas por uma intenção e até que ponto essa intenção, ou se preferirmos com Nietzsche e Foucault, essa *vontade de verdade*, cria uma tendência.

Para Foucault as palavras foram sempre invertidas pelas classes superiores; não indicam um significado, impõem uma interpretação, por isso entende o discurso como controlador, exercendo muitas vezes poderes coercitivos. O poder exercido por meio do discurso pode ser observado nas mais distintas modalidades: jurídica, educacional, política, religiosa, histórica, etc. Foucault (1996) descreve três procedimentos de controle e de delimitação do discurso: *interdição, loucura e a vontade de verdade*, dos quais a *vontade de verdade* se fará pertinente para tornar consistente a hipótese levantada por este estudo que aponta a verdade como interpretação, ilusão ou até mesmo invenção narrativa.

Mas o que seria a *vontade de verdade*? E como essa vontade se manifesta, ou não, nos discursos? Há uma vontade de verdade, ainda que velada, nos discursos pessoais e/ou institucionais; todavia, esta vontade pode não corresponder à daquele a quem o discurso se dirige, tornando-o tendencioso e interessado. O discurso, na maioria das vezes, atrelado a algum interesse, é persuasivo, visto que a vontade de verdade, apresentando-se como legítima e única, assume sobre os outros discursos um poder de coerção e interdição.

... essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçado e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia (...) mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p.17)

Assim se estrutura, por exemplo, o discurso dos historiadores, que terão a intenção de estabelecer a “verdade” do passado; ou o discurso do advogado que buscará estabelecer a “verdade” da parte interessada representada por ele. Determina-se, portanto, uma verdade a partir de uma intenção, a qual em sua construção linguística será revestida nas palavras de

Eco também pelo não-dito. A estratégia textual se valerá não apenas do segredo que se oculta na própria palavra, mas também por aquilo que o texto pode não dizer.

A oposição entre o *verdadeiro e o falso*, assentada na vontade de verdade, tem atravessado os séculos e em conformidade com Foucault, este estudo sinaliza Nietzsche, quem, ao tratar da oposição entre bem e mal, analisa a noção tradicional de verdade enquanto um preconceito moralista inventado para legitimar a supremacia de alguns valores. Nietzsche reconhece, por exemplo, a existência de uma verdade anticristã, mesmo considerando-a imoral, o que é relevante para a percepção não valorativa, mas factual de que há outras e/ou várias verdades.

Eu repilo esta idéia e desejo que seja exatamente o contrário; desejo que estes investigadores, que estudam a alma ao microscópio, sejam criaturas generosas e dignas, que saibam refrear o coração e sacrificar os seus desejos à verdade, a toda a verdade, ainda à verdade simples, suja, repugnante, anticristã e imoral... porque tais verdades existem. (NIETZSCHE, 1976, p. 18)

Sobre a origem ou a invenção dos conceitos de bem e de mal, Nietzsche considera que tenham surgido da necessidade de o homem afirmar seu poder, sua soberania.

Foram os próprios <<bons>>, os homens distintos, os poderosos, os superiores que julgaram <<boas>> as suas acções; isto é, de primeira ordem, estabelecendo esta nomenclatura por oposição a tudo quanto era baixo, mesquinho, vulgar e vilão. Arrogavam-se da sua altura o direito de criar valores e determinativos: que lhes importava a utilidade! (Ibid. p. 19)

Com isso os conceitos de mal ou bem se associam a um ponto de vista, podendo o discurso do bem ser desestabilizado quando, a partir do ódio, começa-se a produzir valores, ilustrados pelo próprio Nietzsche (Ibid, p.33): “Perguntai aos escravos qual é o mau, e apontarão a personagem que para a moral aristocrática é bom, isto é, o poderoso, o dominador. Simplesmente os escravos olham para ele ao invés, com o olhar venenoso de rancor.” Nisso consiste, pois, um deslocamento da significância em função não apenas do contexto, mas do interesse por determinada interpretação.

A necessidade de uma raça inferior e outra superior é determinante da origem da antítese entre bem e mal; da mesma forma a linguagem por ser arbitrária ajuda a sustentar a estrutura de um discurso tendencioso e, segundo Nietzsche, autoritário e dominante. Constatase, através de uma análise etimológica, que o sentido da palavra “bom”, em diversas línguas, estaria ligado à ideia de “nobre”, “privilegiado quanto à alma”, sempre em oposição às transformações da noção de “vulgar”, “plebeu”, baixo, que se relacionam ao mau.

O exemplo mais evidente desta última metamorfose é a palavra alemã *schlecht* (mau), que é idêntica à palavra *schlicht* (simples); compara-se *schlichtsweg* (simplesmente) e *schlechterdings* (absolutamente), e que na sua origem designava o homem simples, o homem plebeu. (Ibid, p. 21)

Assim, podemos dizer com Nietzsche que as narrativas intencionam, por trás de uma aparente neutralidade, legitimar determinados valores em detrimento a outros. No entanto, essa supremacia só prevalece quando se atribui um maior valor à verdade (à narrativa) do que ao engano. A dissimulação do engano pode ser construída no discurso e até mesmo aceita como “a verdade” que corresponde ao fato. Isso permite uma sublime ilusão, à qual Nietzsche chamará de a mentira que transforma a fraqueza em mérito e acaba por inverter o predicativo atribuído ao mal e ao bem:

A mentira chama bondade à impotência, humildade à baixaza, obediência à submissão forçada. A covardia, que está sempre à porta do fraco, toma aqui um nome muito sonoro e chama-se paciência. Não se poder vingar chama-se ‘não querer vingar-se’ e às vezes se chama ‘perdão das ofensas’ é porque eles não sabem o que fazem; nós sabemos o que eles fazem. (Ibid, p. 39)

Cada lado determina, pois, sua vontade de verdade, expressa pelos sofisticados discursos que terão como alvo atingir seus objetivos, sua intenção ainda que a verdade narrativa não corresponda ao fato real e crie situações “irreparáveis”.

Escrever a verdade é lembrar episódios cintilantes: *Reparação*

Reparação apresenta Briony como escritora desde criança. Ainda adolescente a jovem escritora registra os episódios vividos e/ou percebidos. Na fase adulta, a escrita acerca de seu próprio depoimento, em que acusa Robbie de estupro, ganha relevo, não apenas para a trama da obra em que ela é autora; mas, para o recorte que fazemos aqui para pensar a narrativa enquanto uma ilusão de verdade.

O depoimento de Briony é falso, ele não corresponde ao fato, pois Robbie não estuprou Lola. No entanto, Briony o acusa. Se adentrarmos nesta ficção entendendo que a adolescente nutria uma paixão juvenil por Robbie não correspondida, que Briony sentia ciúmes da irmã ou que queria protegê-la de Robbie, é possível até dizer que seu depoimento não foi intencional. Talvez ela não mentira racionalmente. Precedentes fizeram-na depor contra Robbie. Briony viu a irmã nua diante de Robbie; viu uma ardente cena de sexo entre

eles diante da qual ela precisou “firmar os olhos” para entender o que estava acontecendo. Logo, quando se tratou de apontar o autor do crime, não titubeou, disse que era Robbie.

A narrativa da obra não cria modalizações que possam fazer o leitor se opor a Briony. É difícil ficar totalmente contra ela. Há momentos em que o leitor de *Reparação* ficará confuso em relação às intenções presentes no depoimento de Briony, podendo até mesmo acreditar que ela acusara Robbie por engano. Todavia, chega um tempo da vida de Briony em que ela terá certeza de que mentiu, mas é muito tarde, pois Robbie já fora preso e, conseqüentemente, convocado para Guerra. Briony tem apenas uma saída: escrever... e nisso consiste a genialidade de Ian Mcwan que “joga” com essa narradora no ensinamento acerca do perigo das proposições falsas.

O desejo de reconstrução do passado para manutenção da memória ou de uma história pode explicar também a *vontade de verdade*. Cada narrativa buscará um contorno que lhe convém ou a ilusão que lhe satisfaça mais. No momento do depoimento, Briony diz algo que acalenta não apenas sua paixão juvenil, mas indiretamente inocentaria o verdadeiro culpado. Inocentar o autor do crime de estupro era interessante para aquela família, para as relações sociais que aquele grupo mantinha. Talvez a polícia e a família Tallis ficassem mais confortáveis com “a mentira” ou “o engano” de Briony. De algum modo o depoimento de Briony favorece a rica família inglesa ao atribuir a culpa ao filho da governanta. Por isso, esta análise entende que a “vontade de verdade” pode se realizar nas narrativas que organizam as verdades humanas, ou seja, os interesses pessoais ou institucionais transformam os fatos em ilusórias narrativas, organizando de forma tendenciosa a história, ainda que o dano causado a outrem seja irreparável. Assim, ao apontarmos a verdade como construção linguística, entendemos no resultado das análises que no âmbito jurídico isso pode causar um *dano irreparável*.

Os acontecimentos retratados ganham detalhes e contornos distintos não apenas por aquele que os relata, mas também por aquele que os recebe. A produção e a recepção alteram o significado do texto e por isso a interpretação encontra obstáculo para ser única. Walter Benjamin nesse sentido considera que: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo” (BENJAMIN apud GAGNEBIN, 2006, p. 40).

É nessa esteira que Gagnebin (2006) articula as colocações acerca da relação entre *lembrar, escrever e esquecer*. Segundo ela, não podemos deixar de fazer a distinção entre a verdade factual e a verdade histórica, que na maioria das vezes reconstitui o passado pelos rastros deixados nele, ainda que de modo esgarçado, pois: “... o rastro, na tradição filosófica e

psicológica, foi sempre uma dessas noções preciosas e complexas – para não dizer, em boa lógica cartesiana, obscuras – que procuram manter juntas a presença do ausente e a ausência da presença.” (Ibid, p. 44).

Diante desta aporia se articula a noção de verdade como tentativa de resgatar uma narrativa; resgatar episódios que aos poucos se tornarão esquecidos na memória, tanto que precisamos escrevê-los. Cabe aqui uma curiosidade acerca da escrita e da verdade, uma vez que para os gregos apenas o discurso oral provocava o questionamento, haja vista o texto de Platão em *Fedro*, no qual, segundo Sócrates, na escrita não estaria a verdade, mas a aparência de verdade. Vimos nessa afirmativa uma preocupação já dos gregos não apenas com a memória, mas com a fidedignidade do discurso, na medida em que sugerem que na escrita resida o vazio pensado por Eco.

A narradora Briony escreve incessantemente como se, na tentativa de não esquecer, pudesse recuperar em sua mente juvenil a lembrança retorcida da verdade factual.

A construção ilusória, própria da percepção particular de Briony, criou uma proposição que além de se manter verdadeira aos olhos de sua família e da polícia, comprometeu a vida de inúmeras pessoas. No momento em que é interrogada Briony acusa Robbie pelo estupro de sua prima Lola. Na leitura do romance é possível compreender que Briony não tivera a intenção de prejudicar diretamente Robbie, mas talvez, como dissemos, afastá-lo de sua irmã, Cecília. Ao assistir à cena de estupro, ela não consegue visualizar outro homem a não ser Robbie, pois já o tivera visto em outros dois momentos envolvidos com Cecília. Esta era a verdade para Briony.

A interpretação de um texto, de acordo com Eco, permite ao leitor construir infinitas interconexões dependendo do repertório de leitura do intérprete. Briony não fora capaz de construir outra interpretação e por isso acusa Robbie. Essa acusação pode revelar a incapacidade de adequar a linguagem aos sentimentos e desejos, de modo que poderíamos ler o desejo de Briony em afastar Robbie de sua família, fazendo-a criar a ilusão de que ele era o criminoso. Ademais, Robbie não correspondera ao seu amor. Essa era a interpretação dela sobre o fato ocorrido, ainda que não coincida com a realidade. A narrativa que acusa Robbie pelo estupro ficou entendida como verdadeira.

Além disso, a condenação de Robbie não seria tão complicada, uma vez que ele era de classe social menos privilegiada, era o filho da governanta que teve, inclusive, os estudos pagos pelo pai de Briony. Vimos de acordo com Kristeva que a construção das significâncias está imbricada num contexto sociocultural e que as experiências interpessoais e intersociais podem ser controladas pela sociedade dominante. Briony fora atravessa pelos seus sentidos,

pela sua ilusão de verdade que serviu ao interesse de uma classe dominante. Ainda que ela tivesse, de fato, visto Marshal, sua condenação seria menos provável ou a narrativa de Briony ainda poderia ter sido lida como falsa ou mentirosa. Marshal era um lorde e amigo da família Tallis. Neste sentido, o relato de Briony é sustentado por uma “vontade de verdade” que não é apenas sua; havia outros atores interessados neste falso relato e por isso ele é mantido, tornando o real inacessível.

Na Literatura, a narrativa permite um colocar-se no lugar do outro, permite uma paragem para refletir e perguntar como seria a vida de Robbie e de Cecília (ou até mesmo a de Briony), se Briony não tivesse acusado Robbie. A ficção possibilita esse jogo de voltar atrás e reparar, tanto que Briony, a escritora Briony, constrói uma narrativa em que o casal se reencontra após a guerra.

Entretanto, saímos da ficção, e perguntamos: na realidade como o Direito pensa o colocar-se no lugar do outro? A reparação é possível? Até que ponto é possível reparar o dano causado quando não nos colocamos no lugar do outro? Quando construímos falsas narrativas ou verdades ilusórias?

A “culpa” de Briony na ficção pode ser reparada. No epílogo ela fará isso e dará um *final feliz* ao casal, mas na vida real, a justiça teria o que fazer diante deste dano irreparável? Qual o papel do Direito neste caso? Como a justiça deve ler a “verdade”? O que os advogados conhecem sobre discurso e estrutura, narrativa e subjetividade?

Na descrição do processo de significância, Kristeva acena para a multiplicidade de leituras possíveis a partir de um signo. Se a possibilidade de remodelá-lo, transformá-lo na ficção é uma estratégia da arte e também sua riqueza; no Direito pode representar um perigo. Se na ficção é a pluralidade de interpretações que satisfaz e encanta o leitor; no Direito ela deve ser uma preocupação, visto que o fato real pode ter sua natureza modificada e desviada no discurso. Um discurso que enganosamente dado como verdadeiro pode se tornar irreparável.

Considerações finais

Nas seções - *Verdade: discurso, interpretação e subjetividade* - e - *A vontade de verdade resgata o fato ou constrói uma ilusão?* - buscou-se com as abordagens filosóficas e linguísticas (interpretação e subjetividade) apontar a verdade uma construção narrativa, de modo que fossem respondidas, de forma consubstanciada em teorias da literatura, as perguntas feitas na introdução deste estudo.

A seção *Escrever a verdade é lembrar episódios cintilantes: Reparação* ilustra ficcionalmente uma situação em que a narrativa ao se desviar do fato cria um dano irreparável. Com esta ilustração ficcional, ou seja, com a arte literária pretendeu-se esclarecer os riscos destas narrativas ilusórias, os riscos em sua construção e recepção. O perigo das “falsas” e/ou enganosas proposições.

Empreender, pois, um estudo sobre a verdade numa perspectiva linguística evocou a subjetividade presente nos processos de interpretação textual a partir das noções postuladas por Kristeva e Eco. A subjetividade considerou o *sujeito do desejo* que aqui aproximamos da denominada *vontade de verdade* examinada por Foucault.

Não se distinguiu a verdade apenas no sentido grego, enquanto realidade ou em contraponto ao falso; objetivou-se percorrer uma análise que entendesse a mutabilidade do real não como falso, mas como uma representação temporal e/ou subjetiva, haja vista o exemplo em Nietzsche.

Por isso escrever e ler a verdade não é simples, na medida em que a interpretação permitirá ler o não-dito, contextualizar o real e questionar as intenções. Isso delinea o risco e para tanto a análise aplicada, aqui, recorta o depoimento de Briony e suas implicações numa dimensão jurídica e real da vida. Seu depoimento causará um dano irreparável a Robbie, que na ficção pôde ser reparado, mas na vida não.

Se a Literatura permite uma *escrita e leitura* plural, uma vez que escrita e leitura são produções suscetíveis de serem atravessadas pelos sentidos do sujeito que escreve ou lê, a realidade precisa aprender com ela (literatura) e entender que estes atravessamentos podem causar os danos irreparáveis. Assim entendemos encontrar na literatura um “ensinamento” ilustrativo, uma contribuição para avançar numa perspectiva leitora que considere a relevância da estrutura linguística do discurso, bem como a subjetividade narrativa na análise dos textos jurídicos.

Bibliografia

BARTHES, R. **Elementos de Semiologia**. 15ªed. Tradução: Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1964.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELEUZE, G. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DERRIDA, J. **Salvo o nome**. Tradução: Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papyrus, 1995a.

DERRIDA, J. **Khôra: ensaio do nome**. Tradução: Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papyrus, 1995b.

DERRIDA, J. **Paixões**. Tradução: Lóris Z. Machado. Campinas: Papyrus, 1995c.

ECO, U. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34. 2006.

KRISTEVA, J. **O texto fechado, in: Linguística e literatura**. Edições 70: Lisboa, 1968.

KRISTEVA, J. **La Révolution du Langage poétique**. Seuil: Paris, 1970.

McEWAN, I. **Reparação**. Tradução: Paulo Henriques Brito. 2ª.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich W. **A Genealogia da Moral**. Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 1976.

PLATÃO. **Fedro**. Tradução: Edson Bini, Albertino Pinheiro. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

PLATÃO. **Timeu**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1986.